

IRSA - CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL (01/10/2025 A
20/01/2026) - IRSA 13 - BETWEEN CRISES AND HOPES: NEW AGENDAS
FOR TERRITORIAL DEVELOPMENT IN LATIN AMERICA

DESERTIFICAÇÃO NO SEMIÁRIDO: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E CONVIVÊNCIA COM A SEMIARIDEZ

Paulo Cesar Oliveira Diniz (paulo.cesar@professor.ufcg.edu.br)

Mário Lúcio De Ávila (unbavila@gmail.com)

No Brasil, cerca de 40 milhões de pessoas vivem em áreas suscetíveis à desertificação, correspondendo a quase 18% do território nacional, estando submetidas a condições ambientais adversas. (Brasil, 2025). Frente à problemática, o país lançou o Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAB Brasil), buscando reafirmar o compromisso do Brasil no enfrentamento da problemática da desertificação, entendida como “a degradação das terras em áreas áridas, semiáridas e subúmidas secas resultante de vários fatores, incluindo variações climáticas e atividades humanas”. (TAVARES et al, 2019, p. 390).

Embora o plano seja de abrangência nacional, o fenômeno é mais alarmante no semiárido, território em que os impactos da degradação da terra, associados às secas prolongadas, às atividades humanas insustentáveis e às variações

climáticas demandam ações coordenadas. Vasconcelos Sobrinho (1971) já alertava sobre o problema “territorial” desde meados do século XX e tornou-se o pioneiro sobre a temática quando publicou “Núcleos de Desertificação nos Polígonos das Secas” (PEREZ-MARIN et. al, 2012).

O objetivo desse texto, com base na análise do processo de construção do PAB Brasil e da literatura pertinente, é refletir sobre o resultado da elaboração do plano nacional de combate à desertificação, no contexto global das mudanças climáticas. Como resultado, percebe-se certo conflito no semiárido em termos de produção de commodities agrícolas e da geração de energias renováveis – e pressão sobre uso da terra e apropriação de territórios – e a governança territorial para a “convivência com a semiaridez” (Brasil, 2025, p. 21) no que se refere ao reconhecimento dos direitos de povos e comunidades tradicionais aos seus territórios e seus saberes, como ponto de partida para enfrentamento às mudanças climáticas e transição socioecológica.

Palavras-chave: desertificação no semiárido; convivência com o semiárido; energias renováveis; desenvolvimento territorial; povos e comunidades tradicionais.